

Recebido, Autue-se o
Inclua em ordem.

31 MAR 2020

Asssembleia Legislativa do Estado de Rondônia



LIDO NA SESSÃO DO DIA

31 MAR 2020

1º Secretário

PROTOCOLO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RONDÔNIA

31 MAR 2020

Protocolo 066/20
Processo 066/20

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº

066/20

AUTOR : MESA DIRETORA

Institui, no âmbito da Assembleia Legislativa, a forma de discussão e votação remota de matérias sujeitas à apreciação do Plenário, Sistema de Deliberação Remota – SDR, medida excepcional destinada a viabilizar o funcionamento das sessões plenárias durante o Estado de Calamidade Pública.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA resolve:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Assembleia Legislativa, a forma de discussão e votação remota de matérias sujeitas à apreciação do Plenário, Sistema de Deliberação Remota – SDR, medida excepcional destinada a viabilizar o funcionamento das sessões plenárias durante o Estado de Calamidade Pública.

§ 1º Entende-se como votação e discussão remota a apreciação de matérias por meio de solução tecnológica sem a necessidade da presença física de todos os parlamentares no Plenário.

§ 2º Para a abertura da sessão, será necessária a presença, no Plenário, de pelo menos 3 (três) Deputados para, respectivamente, presidir, secretariar e emitir parecer.

Art. 2º O uso do Sistema de Deliberação Remota – SDR consiste em medida excepcional a ser determinada pelo Presidente da Assembleia Legislativa para viabilizar o funcionamento do Plenário durante o Estado de Calamidade Pública.

§ 1º Acionado o SDR pelo Presidente da Assembleia Legislativa, as deliberações do Plenário serão tomadas por meio de sessões virtuais, e as reuniões de comissões da Assembleia Legislativa ficarão suspensas.

§ 2º O Presidente da Assembleia Legislativa determinará que as deliberações presenciais sejam retomadas após a recomendação dos órgãos de saúde pública nacional e estadual.



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.



PROTOCOLO		PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº	
	AUTOR : MESA DIRETORA		
<p>Art. 3º O SDR terá como base uma ou mais plataformas que permitirão o debate com áudio e vídeo entre os Parlamentares, observadas as seguintes diretrizes:</p> <p>I - as sessões realizadas por meio do SDR serão públicas, ressalvando o disposto no artigo 114 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, assegurada, quando possível, a transmissão simultânea pelos canais de mídia institucionais e a posterior disponibilidade do áudio e vídeo das sessões;</p> <p>II - a votação e a deliberação durante a sessão por meio do SDR poderá ser simbólica ou nominal, esta declarada verbalmente pelo Parlamentar, mediada a ordem de votação pelo Presidente;</p> <p>III - o registro e a totalização dos votos, bem como os resultados serão contabilizados integralmente em sistemas institucionais da Assembleia Legislativa, observados os protocolos de segurança aplicáveis;</p> <p>IV - encerrada a votação, o voto proferido pelo SDR é irretratável;</p> <p>V - nenhuma solução tecnológica utilizada pelo SDR implicará o trânsito de dados biométricos de Parlamentares pela Internet;</p> <p>VI - as soluções destinadas a gerenciar o áudio e o vídeo das sessões poderão se valer de plataformas comerciais, desde que tais plataformas atendam aos requisitos definidos nesta Resolução ou no Regimento Interno;</p> <p>VII - o SDR deverá funcionar em computadores, ou em <i>smartphones</i> que utilizem sistemas operacionais IOS ou Android, para fins de votação e participação por meio de áudio e vídeos nas sessões;</p> <p>VIII - a participação por áudio e vídeo nas sessões será possível por meio de plataforma homologada pela Superintendência de Informática da Assembleia Legislativa, mediante o uso de computadores e <i>smartphones</i> previamente configurados e habilitados.</p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO		PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº	
	AUTOR : MESA DIRETORA		
<p>IX - o SDR deverá permitir o acesso simultâneo de todos os Parlamentares sob o comando direto do Presidente da Assembleia Legislativa; e</p> <p>X - durante a sessão em que esteja sendo utilizado o SDR, o sistema remoto funcionará de forma ininterrupta sob a responsabilidade da Superintendência de Informática para solução de quaisquer problemas ou dúvidas relacionadas à operação das plataformas que viabilizem a deliberação.</p> <p>Art. 4º As sessões realizadas por meio do SDR serão consideradas sessões deliberativas ordinárias ou extraordinárias, na forma regimental, cuja Ata consignará de forma expressa a informação de que as deliberações foram tomadas em ambiente virtual.</p> <p>§ 1º As sessões ordinárias serão realizadas às terças-feiras a partir das 15 (quinze) horas e às quartas-feiras a partir das 9 (nove) horas, terão duração de 4 (quatro) horas, podendo ser prorrogadas pelo tempo necessário para apreciação da matéria constante da Ordem do Dia.</p> <p>§ 2º As sessões extraordinárias realizadas pelo SDR deverão ser convocadas com antecedência mínima de 24 horas, salvo as extraordinárias realizadas em sequência.</p> <p>§ 3º As sessões convocadas pelo SDR deverão apreciar, preferencialmente, matérias relacionadas ao Estado de Calamidade Pública.</p> <p>§ 4º As matérias poderão, mediante Requerimento, serem incluídas no regime de urgência a que se refere o artigo 237 do Regimento Interno, caso ainda não tramitem nesse regime e, em relação a elas, não caberá requerimento de retirada de pauta, adiamento da discussão ou votação e requerimento de destaque simples.</p> <p>§ 5º Se da Ordem do Dia da sessão convocada para ser realizada pelo SDR constarem apenas matérias em regime de urgência, conforme disposto no § 3º deste artigo, o prazo de duração da sessão poderá ser prorrogado pelo Presidente pelo tempo necessário à conclusão da apreciação das proposições constantes da Ordem do Dia, nos termos artigo 117 do Regimento Interno.</p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO		PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº	
	AUTOR : MESA DIRETORA		
<p>Art. 5º A disponibilização pelo Parlamentar de sua senha pessoal a terceiro ou do dispositivo cadastrado para registrar seu voto importará em procedimento incompatível com o decoro Parlamentar, nos termos do artigo 55, inciso II, da Constituição Federal, e do artigo 34 da Constituição Estadual, ressalvadas as hipóteses em que possam fazer uso adequado do sistema.</p> <p>Art. 6º A operação do SDR deverá ser homologada de forma prévia pela Superintendência de Informática.</p> <p>Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Plenário das Deliberações, 31 de março de 2020.</p> <div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;"><div style="text-align: center;"> Deputado LAERTE GOMES Presidente – ALE/RO</div><div style="text-align: center;"> Deputada CÁSSIA MULETA 2ª Vice-Presidente – ALE/RO</div></div> <div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;"><div style="text-align: center;"> Deputada ROSÂNGELA DONADON 1ª Vice-Presidente – ALE/RO</div><div style="text-align: center;"> Deputado ISMAEL CRISPIN 1º Secretário – ALE/RO</div><div style="text-align: center;"> Deputado Dr. NEIDSON 2º Secretário – ALE/RO</div></div> <div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;"><div style="text-align: center;"> Deputado GERALDO DA RONDÔNIA 3º Secretário – ALE/RO</div><div style="text-align: center;"> Deputado EDSON MARTINS 4º Secretário – ALE/RO</div></div>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.



PROTOCOLO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº

AUTOR : MESA DIRETORA

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O presente Projeto de Resolução destina-se a regulamentar o Sistema de Deliberação Remota – SDR no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, medida excepcional destinada a viabilizar o funcionamento da Casa enquanto durar o Estado de Calamidade Pública.

O projeto detalha os princípios básicos que organizarão o SDR, assegurando a continuidade dos trabalhos legislativos indispensáveis para apoiar as medidas emergenciais que deverão ser construídas coletivamente durante esse período; além de garantir o exercício da função legiferante com plena observância às orientações expedidas pelo Ministério da Saúde e da Secretaria Estadual de Saúde em respeito ao bem-estar da população e dos representantes eleitos.

Diante dos motivos expostos, contamos com o apoio e o voto dos Nobres Pares para aprovação desta proposição.